



*Pela Salvaguarda e Protecção
dos Patrimónios!*

**FORTES E FORTALEZAS COMO “LUGARES DE MEMÓRIA”: O
CASO BRASILEIRO**

**STRENGTHS AND STRENGTHS AS "MEMORY PLACES": THE
BRAZILIAN CASE**

Edgley Pereira de Paula

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Departamento de História
3000-336, Coimbra, Portugal
edgleydepaula@hotmail.com

Fortes e Fortalezas como “Lugares de Memória”: o Caso Brasileiro

Edgley Pereira de Paula

Historial do artigo:

Recebido a 04 de abril de 2019

Revisto a 02 de maio de 2019

Aceite a 09 de junho de 2019

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar uma reflexão sobre as apropriações e ressignificações evidenciadas atualmente na percepção que se faz sobre as fortificações militares, apresentando como hipótese de explicação teórica para esse fenômeno o conceito de “lugares de memória”, trabalhado por pierre nora. nessa perspectiva, apresento alguns exemplos de fortes e fortalezas existentes no território brasileiro e que efetivamente são apropriadas pelo entorno social ao gerar um sentimento de identidade e de pertença, articulado com o sentido de nacionalidade, tendo esses equipamentos culturais a destinação de ancoragem real e monumental para a ligação entre a população e sua história.

Palavras-chave: fortificações, lugares de memória.

ABSTRACT

The present article has a main objective to present a reflection on the appropriations and resignations provided today in the perception that is made on military fortifications, presenting as the hypothesis of theoretical explanation for this phenomenon the concept of "lieux de mémoire", worked by pierre daughter in law. in that perspective, i present some examples of strengths and strengths existing in the brazilian territory and that are effectively appropriate by the social environment by generating a feeling of identity and membership, with the sense of nationality, with those cultural equipment the destination of real and monumental anchorage for the connection between the population and its history.

Key-words: fortification, lieux de mémoire.

A extensão e a soberania do Estado Brasileiro tem em suas bases o nosso antigo sistema de fortificações de origem portuguesa espalhados não só pelas costas litorâneas como também pelo interior do país.

Tudo teve início quando, inseridos no contexto geopolítico da expansão ibérica, os lusitanos decidiram defender e guardar o imenso território do que viria a ser o Brasil. Num trabalho altamente dispendioso para a Coroa Portuguesa, foram erigidas pela engenharia militar da época, inúmeras fortificações, em locais estratégicos, muitas vezes longínquos e desprovidos de quaisquer meios de subsistência.

E assim se fez a defesa do Brasil, luso-brasileiros ergueram, ao longo de cinco séculos, mais de 350 fortificações, chamadas de fortalezas, fortes, fortins, redutos, redentes, presídios, vigias, baterias, feitorias, portões, trincheiras, tranqueiras e casas fortes. Construções essas que tiveram como seus “autores” não só portugueses, como italianos, espanhóis, holandeses, entre outras nacionalidades.

A partir da construção desses primeiros baluartes que mantiveram a integridade territorial da colônia, nasceram as principais cidades brasileiras, localizadas ou à beira mar ou em importantes confluências de rios e “fechos” de morros no interior, todos estrategicamente postados aproveitando-se do terreno e dos meios disponíveis à época.



Figura 1. Mapa do Brasil Colonial com a indicação da linha do Tratado de Tordesilhas.

Em estreita ligação às questões econômicas, naturalmente, a maior concentração de fortificações ocorreu nas regiões das cidades mais importantes: Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Santos. Citaremos algumas:

O Forte do Presépio, que deu origem à cidade de Belém, foi o primeiro a ser construído em 1616 na Amazônia, testemunhando, pois, a presença portuguesa naquela cobiçada região.



Figura 2. Forte do Presépio – Belém, PA. Fonte: O Autor

O mais antigo dos fortes não desaparecidos, com o passar dos tempos, é o Forte dos Reis Magos, construído na cidade de Natal, no ano de 1598.

A Bahia é o estado que mais fortificações oferece à visitação, merecendo ser citados os fortes de São João da Barra, Santa Maria e do Barbalho, São Pedro, Monte Serrat, entre outros.



Figura 3. Forte Monte Serrat, Salvador, BA. Fonte: O Autor

O Rio de Janeiro é cenário de um belíssimo complexo histórico-turístico. As fortalezas de Santa Cruz junto com os fortes de Rio Branco, São Luiz, Pico e Imbuí, localizados em Niterói, são constantemente visitados por significativo número de pessoas. Do outro lado da Baía de Guanabara temos o Forte do Vigia e o Forte de Copacabana, onde se sedia o Museu Histórico do Exército, referência de centro de história militar, cultura e turismo.

O Sul do Brasil também foi aquinhado com a construção de várias fortificações, destacando-se o sistema triangular de defesa da cidade de Florianópolis, Capital do estado de Santa Catarina, formado pelas fortalezas de São José da Ponta Grossa, Santa Cruz do Anhatomirim e Santo Antônio de Ratonas. Citamos ainda, por seu inestimável valor histórico, o sítio do Forte Jesus, Maria e José, construído em 1737, marco de fundação do atual estado do Rio Grande do Sul.

Para finalizar esses poucos exemplos, por assumir singular relevo, cumpre-nos falar também do Forte Príncipe da Beira, no estado de Rondônia, construído durante sete anos, no século XVIII, em região inóspita e de difícil acesso, até hoje em dia, cuja edificação constituiu-se em uma verdadeira epopéia.



Figura 4. O Real Forte Príncipe da Beira, na margem direita do rio Guaporé, fronteira natural entre o Brasil e a Bolívia, é o mais antigo monumento histórico de Rondônia. Fonte: O Autor

Atualmente, a maioria desse interessante relicário da história-pátria é aberta ao público. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão federal do governo brasileiro, Secretarias de Cultura dos Estados e Municípios, a Marinha, o Exército, algumas Universidades, entre outras instituições, que possuem alguma ingerência na administração desses bens históricos, vem desenvolvendo junto à população brasileira, ações de alto valor pedagógico e cívico, com vistas à preservação dessa memória, de nosso legado histórico, de nossas tradições, de nossos valores paradigmáticos e imateriais, enfim de nossa identidade.

Centrada no objeto cultural, a “Educação Patrimonial” é uma expressão cada vez mais freqüente na rotina dos elementos envolvidos com a preservação do Patrimônio Cultural no Brasil.

Hoje, alguns historiadores e profissionais que lidam com a dimensão da memória vêm propondo no âmbito de suas instituições culturais, sobretudo em museus, bibliotecas e arquivos públicos, a elaboração de programas de educação patrimonial.

A origem dessa expressão é inglesa (Heritage Education) e pode ser traduzida, conforme a museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta (1999), como *um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórica-temporal em que está inserido*. Segundo ela, a educação patrimonial possibilita o reforço da auto-estima dos indivíduos e das comunidades e a valorização da cultura brasileira em sua rica diversidade.

Em termos teórico-metodológicos, a educação patrimonial se utilizaria dos lugares e suportes da memória (museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos, etc.) no processo de formação da área afetiva na população, a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência coletiva para a importância da preservação desses equipamentos culturais.

Logo, a educação patrimonial nada mais seria do que uma proposta interdisciplinar de educar, voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural, seria um *“conhecer para preservar”*.

E o que seriam esses lugares de memória? *“lugar de memória”* é um conceito fundamental para todos os profissionais que lidam de alguma maneira com o patrimônio cultural. Pensemos: onde se encontra no presente os vestígios de uma identidade nacional, onde as pessoas comuns podem se *“ver”*, ter um sentimento de pertencimento com àquilo que já passou ou às pessoas que os antecederam? Em festas? Em Arquivos Públicos? Em monumentos? Sim, todos esses exemplos revestem-se desse conceito de *“lugares de memória”*, ancoradouros de um passado comum que marca uma certa nacionalidade.

Nessa categoria de *“lugares de memória”* desponta inevitavelmente os sítios históricos que por si só, por sua natureza estritamente conceitual, já se apresenta como uma referência do passado ao presente. Desses sítios históricos, as fortificações tem um lugar privilegiado, por sua própria peculiar arquitetura, por sua singular localização em locais estratégicos e por seu alto valor sentimental, de um último bastião, de um repositório de vida, de um derradeiro lugar onde as pessoas de outras épocas se encastelavam e se defendiam, por suas vidas, talvez por seus interesses particulares ou também por grandes ideais...

Todos nós, que vivemos em cidades que possuem fortes, temos neles pontos de ancoragem da memória: *“lugares”* em que nos reconhecemos, em que vivemos experiências do cotidiano ou situações excepcionais, territórios muitas vezes percorridos e familiarizados ou, pelo contrário, espaços existentes em um outro tempo e que só tem sentido em nosso espírito porque narrados pelos mais antigos, que os percorreram no passado.

Estes espaços públicos, sítios históricos, dotados de significado fazem, de cada cidade fortificada, um território urbano qualificado, ao integrar esta comunidade simbólica de sentidos, a que se dá o nome de imaginário. Mais do que espaços, ou seja, extensão de superfície, eles são territórios, porque apropriados pelo social. Mas, sobretudo, são lugares, dotados de carga simbólica que os diferencia e identifica. E, se tais sentidos estão referidos no passado, fazendo evocar ações, personagens e tramas que se realizaram em um tempo já escoado, eles são *“lugares de memória”*, ou ainda espaços que contêm um tempo.

Talvez por isso, num mundo cada vez mais globalizado, essa busca por nossos fortes, esse revisitar, essa autoafirmação de um passado comum. Porque é num forte que a imaginação se reveste de uma

aura simbólica, de um certo ritualismo... Quem não entra numa sociedade urbana ocidentalizada que se utiliza da história para organizar seu passado, havendo por fim uma ruptura da memória e da história.

Na verdade, o “*lugar de memória*” existe onde o simples registro acaba. Ele é o registro e aquilo que o transcende, é o sentido simbólico inscrito no próprio registro. Esses lugares são os espaços onde a memória se fixou e servem como um nova forma de apreender a memória que não nos é natural, um verdadeiro suporte memorialístico, pois não vivemos mais o que eles representam e que são apropriados pela história como fonte.

São, portanto, locais materiais e imateriais onde se cristalizaram a memória de uma sociedade, de uma nação, locais onde grupos ou povos se identificam ou se reconhecem, possibilitando existir um sentimento de formação da identidade e de pertencimento.

Interessante notar que as fortificações podem e devem cumprir esse papel, e felizmente, mesmo que empiricamente, muitos profissionais de diversas áreas já trabalham com esse conceito e dele criam circuitos a pé em sítios históricos, passeios marítimos por fortificações de baía, lançamentos de obras culturais dentro de fortes, entre outras ações.

No entanto, creio, que um passo à frente nessa educação patrimonial, que envolva o poder público nas três esferas, as instituições que tem sob sua guarda esse rico patrimônio e profissionais das área e aqui citaria principalmente o setor de turismo, que só tem a ganhar agregando esse saber histórico e cultural ao seu ofício, é justamente dar densidade e profundidade às discussões que envolvam esse sofisticado patrimônio cultural, legado de nossos antepassados onde o conceito de “*lugares de memória*” deve ser necessariamente pensado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Le Goff, Jacques. (1996). Memória. In Le Goff, Jacques. História e Memória. 4º ed. Campinas: Unicamp,
- Horta, Maria de Lourdes Parreira; Grunberg, Evelina; Monteiro, Adriane Queiroz (1999). *Guia de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial.
- Nora, Pierra. (1993). Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10.